



Congresso começa a discutir nova opção ao fator previdenciário

Pela medida provisória, fórmula 85/95 será aplicada apenas por dois anos e, a partir de 2017, começará a subir até alcançar as somas 90/100 para aposentadoria integral

Senadores e deputados vão instalar amanhã comissão que examinará a alternativa que o governo criou ao vetar o projeto que apresentava para aposentadoria integral a fórmula 85/95, representando as somas de idade e tempo de contribuição para mulheres e homens. A nova regra é progressiva: a partir de 2017 vai acrescentando um “ponto” à fórmula que o Congresso havia aprovado, até que a partir de 2022 os brasileiros precisarão somar 90 (mulheres) e 100 (homens) para

se aposentar. O governo alega que isso leva em conta o aumento da expectativa de vida e mantém a sustentabilidade do sistema previdenciário.

Outras comissões serão criadas para analisar mais três medidas provisórias.

Também amanhã, o Congresso fará sessão conjunta para votar dez vetos presidenciais, referentes a temas como Orçamento 2015, novo Código de Processo Civil, regras para fusão de partidos e Marco Legal da Biodiversidade. **3**

Senado pode votar hoje mudança nas regras do pré-sal

Pauta do Plenário inclui projeto que acaba com a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo na camada pré-sal.

Antes, porém, será preciso destrancar a

pauta votando a medida provisória que estende aos beneficiários as regras de reajuste do salário mínimo e o texto que isenta máquinas agrícolas da obrigatoriedade de empacamento. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paulo Paim (3º à esq.) coordena o debate sobre a proposta de reforma política

Pequenos partidos criticam projeto de reforma política

Em audiência, representantes de PSTU, PCO, PCB e PSOL disseram que texto aprovado em primeiro turno na Câmara exclui os partidos sem representa-

ção no Congresso da propaganda em TV e rádio e proíbe o acesso dessas legendas ao Fundo Partidário. Representante da OAB endossou as críticas. **7**

Comissão que revisa Código de Aeronáutica indica prioridades **2**

Universalização do acesso à banda larga é tema de audiência **6**

Agora é lei: estatuto amplia políticas públicas para deficientes **2**

Ana Volpe/Agência Senado



Debate coordenado por Lídice da Mata reuniu pesquisador do Ipea e delegado

Para delegado, problema é a violência contra o jovem

Em vez de discutir a redução da maioria penal, o país deveria olhar para a violência contra os adolescentes, praticada muitas vezes pela polícia, afirmou delegado em audiência pública interativa

promovida ontem pela CPI do Assassinato de Jovens. Pesquisador chamou a atenção para a “seletividade sistêmica” das mortes: dados mostram aumento nas taxas de homicídios contra negros. **6**

Associações médicas falam na CPI das Próteses sobre irregularidades **6**

Japão sinaliza intenção de investir em logística no país, diz senador **6**

ARQUIVO **S**

Crianças de 9 anos eram presas com adultos no Brasil até 1922

Maioridade passou para 14 anos com reforma no Código Penal em 1922 e para 18 com a entrada em vigor do Código de Menores, em 1927, que foi criado devido a forte atuação de senadores, como demonstram documentos do Arquivo do Senado. **4 e 5**



Biblioteca Nacional

Prisões de menores eram comuns em jornais como *A Noite*, que em 6 de março de 1915 noticiou uma sentença por furto

especial **Cidadania**

Ouvidoria completa 4 anos com recorde de atendimentos

Criada em 2011 para aumentar a transparência e estreitar o contato do cidadão com o Senado, a Ouvidoria é hoje o principal meio de participação dos brasileiros na Casa. A integração com outras áreas, como o Alô Senado, melhorou a eficiência do serviço,

que chega agora a atender 2,2 mil demandas por mês. Para a ouvidora, Lúcia Vânia, as parcerias e a motivação da equipe são as chaves do sucesso. Senadores destacaram também a importância do serviço para o fortalecimento da democracia. **8**

Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher



Reprodução



Professores, juristas e engenheiros integram colegiado, cujo objetivo é “colocar a aviação brasileira no século 21”

Prioridades do Código de Aeronáutica são definidas

Presidente da comissão de especialistas que elaborará anteprojeto disse que responsabilidade civil na aviação e conceito de autoridade aeronáutica serão temas primordiais para construção do novo texto

A DEFINIÇÃO DA responsabilidade civil na aviação e o conceito de autoridade aeronáutica estarão entre os temas prioritários da comissão que trabalha na reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), segundo informou ontem o presidente da comissão, Georges Ferreira. Ele disse que os assuntos já devem fazer parte da pauta do próximo encontro da comissão.

Ferreira lembrou que foram criados subgrupos no colegiado para tratar de grandes temas como navegação aérea, sistema de aviação civil e transporte aéreo. Um quarto grupo vai tratar de temas residuais. A comissão decidiu montar tabelas que comparam temas do CBA atual com tratados internacionais e códigos estrangeiros. O paralelo servirá de inspiração para a modernizar a legislação brasileira.

Para Georges Ferreira, um dos debates mais importantes dentro do grupo será sobre as

instalações físicas e os serviços da aviação. Ele disse que um novo texto vai trazer segurança jurídica tanto para passageiros quanto para empresas. Como exemplo da importância da modernização, Georges destaca que o atual código não trata da questão ambiental.

— O objetivo da comissão é colocar a aviação brasileira no século 21, de forma que amplie os direitos do passageiro e dos operadores da aviação.

Alcance

Ferreira informou que a aviação brasileira atende cerca de 114 milhões de passageiros por ano e que 120 cidades têm voos regulares, embora o “alcance social” da aviação vá bem além desse número. Segundo ele, mais de 3 mil municípios brasileiros são atendidos por aviões — seja por táxi-aéreo, voos específicos de socorro ou operações militares. De acordo com o presidente da comissão, 40%

dos gastos das empresas de aviação se referem ao combustível, cujo preço subiu 70% no último ano. Ele ainda informou que só as empresas de táxi-aéreo arrecadam, anualmente, R\$ 1 bilhão de impostos.

— Esse tipo de aviação clama por uma modernização do código. Há algumas localidades no Brasil em que remédio e notas de dinheiro só chegam por avião — declarou.

Formada por 24 membros, a comissão tem até 14 de dezembro para apresentar um anteprojeto de reforma do CBA. Depois, o texto tramitará como projeto pelo Senado e pela Câmara. Professores, juristas e engenheiros integram a comissão, que tem como relatora a professora de Direito Internacional Maria Helena Fonseca.

Sugestões para o trabalho da comissão podem ser enviadas para o e-mail: cercba2015@gmail.com.

Jucá rejeita demarcação de bioma em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) se disse contrário à demarcação de áreas de proteção do bioma Lavrado (savana existente apenas em Roraima) nas regiões da Serra da Lua ou da Serra do Tucano, onde há produtores rurais. Ele afirmou que, se o governo fizer isso, vai apresentar decreto legislativo para derrubar a medida, lembrando que 65% do território do estado é destinado a reservas indígenas e ambientais.

— Não vamos aceitar mais nenhum tipo de demarcação que corresponda à retirada de área produtiva do estado de Roraima.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe: número de comissionados é “revoltante”

Reguffe (PDT-DF) informou que o governo federal tem mais de 33 mil cargos comissionados, segundo informações do Ministério do Planejamento. Para Reguffe, o número “é revoltante”:

— O Estado brasileiro deveria servir ao contribuinte, mas parece que serve aos agentes políticos e à construção e perpetuação de máquinas políticas.

Reguffe disse ter protocolado projeto para que só servidores concursados ocupem cargos comissionados nas agências reguladoras, onde estão 1.058 dos cargos mapeados.



Moacira Muniz/Agência Senado

Rose celebra obras de infraestrutura no Espírito Santo

Rose de Freitas (PMDB-ES) registrou o início das obras do novo aeroporto de Vitória, que, segundo ela, vai solucionar um gargalo no desenvolvimento do estado, que perde R\$ 2,8 bilhões ao ano por falta de infraestrutura. Rose também citou a primeira audiência pública, na sexta, sobre a ferrovia F-118, que vai interligar o Espírito Santo ao Rio de Janeiro.

— A realização desta malha ferroviária, projeto esperado há muito tempo, será um empreendimento de longa duração e efeito, capaz de manter um alto grau de capacidade de eficiência.



Moacira Muniz/Agência Senado

Sancionado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, marco da inclusão

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem o Estatuto da Pessoa com Deficiência, marco legal da inclusão de pessoas com limitação intelectual ou física. Autor do projeto que resultou na lei, o senador Paulo Paim (PT-RS) participou da solenidade.

O texto, aprovado em junho pelo Congresso (PLS 6/2013), classifica o que é deficiência, prevê atendimento prioritário em órgãos públicos e dá ênfase às políticas públicas em áreas como educação, saúde,

trabalho, infraestrutura urbana, cultura e esporte para as pessoas com deficiência. A lei entra em vigor em 180 dias.

O ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, disse que o cumprimento da lei também será responsabilidade de estados e municípios. O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Flávio Henrique de Souza, lembrou que o Brasil tem 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

Paim destaca aspectos trabalhistas da lei e garantia de atendimento em órgão público

Em Plenário, Paulo Paim lembrou que a nova lei trata da inclusão em diversos setores — como educação, lazer, saúde e infraestrutura urbana — e que há um destaque para o tema trabalho.

— Empresas que têm entre 50 e 99 funcionários terão incentivos fiscais para contratar

pessoas com deficiência. A lei também prevê que 10% das outorgas de táxis serão reservadas a motoristas com deficiência — disse.

O senador citou ainda a garantia de atendimento prioritário em órgãos públicos e a criação do cadastro nacional de inclusão.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Ciência sem Fronteiras**
9h Apresentação do plano de trabalho para avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras. Depois, audiência sobre a universalização da banda larga no país e escolha das emendas à LDO de 2016.
- CDH Previdência Social**
9h Audiência pública interativa sobre a importância das juntas de recursos e do Conselho Nacional da Previdência Social para o trabalhador brasileiro.
- CMA Combate à desertificação**
9h30 Na pauta de 19 itens, substitutivo da Câmara ao PLS 70/2007, que prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação.
- CAE Emendas à LDO 2016**
10h Entre os itens da pauta, o PLS 17/2015, que regula o mercado de órteses e próteses. Logo após, escolha das emendas da comissão à LDO de 2016.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Plano**
13h30 Comissão avalia plano de trabalho e requerimento para audiência pública.
- CPI DAS PRÓTESES Audiência**
14h Audiência pública sobre irregularidades e crimes relacionados ao mercado de órteses e próteses no país.

- MP 675/2015 Audiência pública**
14h Audiência pública da comissão mista que analisa MP que eleva taxa sobre o lucro líquido de instituições financeiras.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h Pauta trancada pelas MPs que tratam da política de reajuste do salário mínimo e do emplacamento de tratores.
- CCAI Requerimentos**
14h30 Comissão de Controle de Atividades de Inteligência avalia requerimentos.
- REFORMA POLÍTICA Projetos**
14h30 Comissão de Reforma Política analisa minutas de projetos.
- COMENDA Instalação**
15h Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill se reúne para instalação, eleição do presidente e do vice e escolha dos agraciados da primeira edição.
- CDH Aposentados**
15h Audiência pública sobre questões remuneratórias dos aposentados.
- CMO Contas da Presidência**
15h Comissão Mista de Orçamento examina prestação de contas da Presidência da República, entre outros itens.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h Renan preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: senadofederal • Twitter: @agencia_senado • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Dispositivo criado pelo governo leva em consideração o aumento da expectativa de vida do brasileiro e tem o objetivo de manter o sistema previdenciário “sustentável”

MP sobre aposentadoria começa a ser debatida

SERÃO INSTALADAS PELO Congresso Nacional amanhã as comissões que vão analisar as Medidas Provisórias (MPs) 676 a 679. As reuniões ocorrerão a partir das 14h, quando serão escolhidos os presidentes e relatores.

Uma das medidas, a 676, estabelece uma alternativa ao Projeto de Lei de Conversão 4/2015, vetado por Dilma Rousseff. A MP manteve a fórmula 85/95 aprovada pelo Congresso, referindo-se à soma da idade e do tempo de contribuição dos segurados, porém adicionando mais um dispositivo.

A regra 85/95 é a que determina que as aposentadorias serão integrais quando a soma da idade e do tempo de serviço resultar em 85 para as mulheres e em 95 para os homens.

A medida manteve a fórmula, adicionando o chamado dispositivo progressivo que, segundo o governo, leva em consideração o aumento da expectativa de vida do brasileiro e tem como objetivo manter o sistema “sustentável”.

Pela MP, as somas da idade e do tempo de contribuição deverão ser aumentados em 1 ponto a cada ano a partir de 1º de janeiro de 2017; e depois em 2019, 2020, 2021 e 2022.

Ou seja, um homem que completar 95 pontos em 2017



Fila para perícia no posto do INSS: medida provisória estabelece alterações na soma dos tempos de idade e de contribuição dos beneficiários até 2022

(por exemplo, 60 de idade e 35 de contribuição) vai precisar de mais um ponto para se aposentar, seja em idade ou em contribuição.

Também ocorrerão acréscimos de um ponto nos outros anos citados. Assim, a partir de 2022, os brasileiros precisarão somar 90 (mulheres) e 100 (homens) para se aposentar.

Olimpíada

Outra MP, a 678, amplia a possibilidade de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para a segurança pública. A intenção principal é facilitar a construção de centros de comando e controle para atuação em grandes eventos, como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Já a MP 679 trata da autorização para execução de obras necessárias ao fornecimento de energia elétrica temporária às Olimpíadas e Paraolimpíadas. A medida permite que imóveis habitacionais da União, entre eles os conjuntos do Minha Casa, Minha Vida, sirvam de hospedagem para profissionais que trabalharão nesses dois eventos. A proposta estabelece regras para a cooperação federativa visando a operações da Força Nacional de Segurança Pública e da Secretaria Extraordinária de Segurança para os Grandes Eventos.

A outra comissão mista a ser instalada vai analisar a MP 677, que autoriza a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) a participar do Fundo de Energia do Nordeste.

Congresso votará vetos presidenciais amanhã

Na sessão conjunta de amanhã, o Congresso também vai votar dez vetos presidenciais, referentes a temas como o Orçamento de 2015, o novo Código de Processo Civil (CPC), regras para fusão de partidos, o Marco Legal da Biodiversidade, a Lei Geral das Antenas e Lei de Arbitragem. A sessão será às 11h.

A pauta inclui o veto parcial a dois dispositivos do projeto (PLS 224/2013) que regulamenta a PEC das Domésticas, transformada na Emenda Constitucional 72/2013.

O primeiro veto elimina a possibilidade de estender o regime de horas previsto na

nova lei (12 horas trabalhadas por 36 de descanso) a trabalhadores de outras categorias, como os vigilantes. O Executivo alega que o item trata de matéria estranha ao objeto do projeto e submeteria a um mesmo regime categorias distintas. O outro veto retira da lei a “violação de fato ou circunstância íntima do empregador ou da família” como motivo de demissão por justa causa. Para o Executivo, o dispositivo é amplo e impreciso, o que permitiria fraudes e traria insegurança ao trabalhador.

Veja os vetos na pauta de amanhã: <http://bit.ly/Vetos08-07>

Para Ana Amélia, crise da Grécia é um alerta



Ana Amélia (PP-RS) afirmou em Plenário que o agravamento da dívida grega e suas causas devem servir como alerta para o Brasil. Ela lembrou que a Grécia passou a última década gastando “mais do que podia” e alterando as contas públicas para que apresentassem resultados mais favoráveis.

Para a senadora, o Brasil vive dilema semelhante na gestão fiscal. Ela afirmou que a Grécia sofre as consequências de suas atitudes e que o Brasil “não pode seguir o mesmo caminho”.

Cristovam destaca efeitos do plebiscito



Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o plebiscito na Grécia, em que eleitores rejeitaram as exigências dos credores, terá consequências para o Brasil e o mundo.

Para o senador, a austeridade é inevitável, porque a Grécia gastou demais. O país, porém, chamou a atenção para a rediscussão dos conceitos de progresso.

— A gente vai ter que redefinir progresso. Inventamos que é sinônimo de produzir e consumir mais, e não de viver melhor. Precisamos de novo rumo, e a Grécia deu o primeiríssimo passo.

Pauta de hoje do Senado inclui mudança na exploração do pré-sal

Os senadores podem votar hoje em Plenário o fim da participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo, em voga na exploração da camada pré-sal. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, de José Serra (PSDB-SP), tramita em regime de urgência.

Uma sessão temática sobre o assunto, no dia 30, deixou evidente a falta de consenso sobre o tema. Engenheiros, professores e parlamentares se revezaram na tribuna, alternando a defesa e a crítica ao projeto. Para alguns senadores, é preciso mais tempo para tratar do tema.

Antes de analisar esse projeto sobre o pré-sal, porém, é preciso destrancar a pauta votando duas medidas provisórias. A MP 672/2015, já aprovada pela Câmara, mantém as regras atuais de reajuste do salário mínimo entre 2016 e 2019. O texto também estende essas regras para a correção dos benefícios da Previdência Social superiores ao mínimo. A outra MP que tranca a pauta é a 673/2015, que isenta de licenciamento e de emplacamento as máquinas agrícolas e os veículos usados para puxar essas máquinas. A MP, que perde a validade em 14 de agosto, traz também mudanças em regras

do trânsito. Segundo o texto, dirigir na faixa exclusiva para transporte público coletivo passa de infração leve a gravíssima, com a apreensão do veículo. Igualmente passa a ser considerado infração gravíssima o transporte pirata de passageiros.

Lei mais dura para menor

Outro projeto polêmico na pauta é o PLS 333/2015, também de Serra, que estabelece um regime especial no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para menores que praticarem, com violência ou grave ameaça, conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos. Substitutivo de José Pimentel (PT-CE) determina que, nesses casos, o período de internação poderá durar até oito anos — o que manteria o jovem internado até os 26 anos de idade em estabelecimento específico ou em ala especial de presídio comum. Alguns senadores pediram a criação de uma comissão especial para debater o assunto.

A questão ganhou força nos últimos dias, quando a Câmara aprovou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos em casos de estupro, sequestro, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Ataídes pede diálogo com empresários

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) propôs, em Plenário, que o governo federal convoque os empresários para dialogar. Ele disse acreditar que essa é a única maneira de o governo recuperar a credibilidade.

— Os nossos empresários estão desmotivados, não acreditam mais nesse governo. Passou da hora de esse governo chamar os nossos empresários para a conversa. A solução é a produtividade. Nós temos que produzir — disse o senador.

Ataque a Dilma parece golpismo, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o “baixo nível” dos ataques ao governo de Dilma Rousseff e avaliou que a disputa política aproxima-se do golpismo. Ela condenou o “discurso do ódio” que tenta desqualificar a escolha do eleitor e desafiou o PSDB a buscar a via democrática das urnas, com um projeto mais inovador.

— Apenas por ingenuidade ou má-fé podem supor que não reagiremos a teses absurdas, como impeachment de uma presidenta que acaba de completar seis meses de governo — disse a senadora.

Até lei de 1927, crianças iam para a cadeia

Maioridade penal aos 18 anos, hoje em discussão, foi estabelecida pelo Código de Menores, a 1ª lei brasileira dedicada às crianças e aos adolescentes. Norma também previu punição aos pais que exageravam nos castigos e proibiu que os pequenos trabalhassem

Ricardo Westin

EM 12 DE outubro de 1927, no Palácio do Catete, o presidente Washington Luiz assinava uma lei que ficaria conhecida como Código de Menores. Hoje, passados quase 90 anos, a canetada do último presidente da República do Café com Leite é alvo das mais exaltadas discussões no governo, no Congresso e na sociedade. Foi o Código de Menores que estabeleceu que o jovem é penalmente inimputável até os 17 anos e que somente a partir dos 18 responde por seus crimes e pode ser condenado à prisão. O que agora está em debate no país é a redução da maioridade penal para 16 anos.

O código de 1927 foi a primeira lei do Brasil dedicada à proteção da infância e da adolescência. Ele foi anulado na década de 70, mas seu artigo que prevê que os menores de 18 anos não podem ser processados criminalmente resistiu à mudança dos tempos.

É justamente a mesma idade de corte que hoje consta da Constituição e do Código Penal, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — uma espécie de filhote do Código de Menores que nasceu em 1990 e completará 25 anos na próxima segunda-feira.

A pioneira lei, que foi construída com a colaboração do Senado, marcou uma inflexão no país. Até então, a Justiça era inclemente com os pequenos infratores. Pelo Código Penal de 1890, criado após a queda do Império, crianças podiam ser levadas aos tribunais a partir dos 9 anos da mesma forma que os criminosos adultos.

Notícias criminais protagonizadas por crianças e adolescentes eram corriqueiras na imprensa. Em julho de 1915, o jornal carioca *A Noite* noticiou: “O juiz da 4ª Vara Criminal condenou a um ano e sete meses de prisão um pivete de 12 anos de idade que penetrou na casa número

103 da Rua Barão de Ubá, às 13h, e da lá furtou dinheiro e objeto no valor de 400\$000”.

A mão policial também era pesada. Até o surgimento do Código de Menores, os pequenos delinquentes recebiam o mesmo tratamento dispensado a bandidos, capoeiras, vadios e mendigos. Uma vez capturados, todos eram atirados indiscriminadamente na cadeia.

Em março de 1926, o *Jornal do Brasil* revelou a estarrecedora história do menino Bernardino, de 12 anos, que ganhava a vida nas ruas do Rio como engraxate. Ele foi preso por ter atirado tinta num cliente que se recusara a pagar a redução do polimento das botinas. Nas quatro semanas que passou trancafiado numa cela com 20 adultos, Bernardino sofreu todo tipo de violência. Os repórteres do jornal encontraram o garoto na Santa Casa “em lastimável estado” e “no meio da mais viva indignação dos seus médicos”.

Reformatórios

Em 1922, uma reforma do Código Penal elevou a maioridade de 9 para 14 anos. Com o Código de Menores de 1927, chegou-se aos 18 e a prisão de crianças e adolescentes ficou proibida. Em seu lugar, teriam de ser aplicadas medidas socioeducativas, como se chamam hoje.

No caso dos delinquentes com idade entre 14 e 17 anos, o destino seria uma escola de reforma (ou reformatório), onde receberiam educação e aprenderiam um trabalho. Os menores de 14 anos que não tivessem família seriam mandados para a escola de preservação, uma versão abrandada do reformatório. Os mais novos com família poderiam voltar para casa, desde que os pais prometessem às autoridades não permitir que os filhos reincidissem.

Extenso e minucioso, o código se dividia em mais de 200 artigos, que iam além da punição dos pequenos infratores. Norma-



Crianças trabalham em fábrica de sapatos no início do século 20: em 1927, a atividade dos menores de 12 anos ficou proibida

tizavam desde a repressão do trabalho infantil e dos castigos físicos exagerados até a perda do pátrio poder e a criação de tribunais dedicados exclusivamente aos menores de 18 anos.

No Brasil da virada do século 19 para o 20, uma parcela considerável da população vivia na miséria. Com o fim da escravidão, em 1888, os negros e suas famílias se viram abandonados de uma hora para a outra, elevando as estatísticas da pobreza. A ainda tímida industrialização atraía gente do campo, mas não conseguia absorver toda a mão de obra disponível. As cidades inchavam, e o desemprego e a criminalidade disparavam.

As crianças e aos adolescentes restavam dois caminhos. Ou trabalhavam, submetidos a serviços pesados ou perigosos, jornadas exaustivas e pagamentos irrisórios. Trabalhadores imberbes eram vistos operando máquinas nas indústrias, vendendo bilhetes de loteria nas ruas e participando das colheitas nas fazendas.

Ou então perambulavam pelas ruas das cidades grandes, como Rio e São Paulo, agrupados em “malts”, como se dizia, cometendo roubos, aplicando golpes, pedindo esmolas ou simplesmente vadiando. Naquela altura, as escolas públicas eram raras e estavam reservadas para os filhos das classes abastadas.

A *Gazeta de Notícias*, numa reportagem de fevereiro de 1929, explicou o problema das ruas para as crianças: “Aí aprendem coisas que não deveriam ou não precisariam saber: encontram más companhias que os desencaminham, adquirem vícios e maus costumes, deslizam para a vadiagem, a mendicância, a libidinagem, a gatunagem e outras formas de delinquência”.

Documentos preservados no

Arquivo do Senado, em Brasília, revelam que os senadores foram protagonistas no longo processo que culminou na criação do Código de Menores de 1927.

Um dos pioneiros da causa infantil foi o senador Lopes Trovão (DF). Ainda no final do século 19, ele subiu à tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio (que tinha o status de Distrito Federal), para dizer que era inaceitável a apatia do poder público diante das crianças abandonadas e delinquentes.

— Ao Estado se impõe lançar olhos protetores, empregar cuidados corretivos para a salvação dos pobres menores que vagueiam a granel, provando nas palavras que proferem e nos atos que praticam não ter família.

Se a têm, esta não lhes edifica o coração com os princípios e os exemplos da moral — discursou ele em setembro de 1896.

Patriarcalismo

Para o senador, o Estado precisava ter poder para retirar de casa e internar em escolas especiais as crianças que não recebessem dos pais a devida educação moral. Segundo ele, vários países avançados já subtraíam o pátrio poder das famílias negligentes, como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra.

Lopes Trovão acreditava que os cidadãos de sua geração já estavam corrompidos e não seriam capazes de tirar o Brasil do atraso social e conduzi-lo à civilidade. Para ele, a solução seria apostar todas as fichas nas crianças.

— Temos uma pátria a reconstituir, uma nação a formar, um povo a fazer. Para empreender essa tarefa, que elemento mais dúctil e moldável a trabalhar do que a infância? São chegados os tempos de trabalharmos na

infância a célula de uma mocidade melhor, a gênese de uma humanidade menos imperfeita. Preparemos na criança o futuro cidadão capaz de efetuar a grandeza da pátria dentro da verdade do regime republicano.

Muito embora o senador Lopes Trovão já fosse uma figura respeitada por ter militado na linha de frente dos movimentos abolicionista e republicano, o projeto de Código de Menores que ele apresentou em 1902 terminou engavetado. O senador Alcindo Guanabara (DF) foi outro expoente na defesa da “infância desvalida”. Em agosto de 1917, ele fez um enfático pronunciamento em que buscou convencer os colegas da necessidade urgente de um Código de Menores:

— São milhares de indivíduos que não recebem senão o mal e que não podem produzir senão o mal. Basta de hesitações! Precisamos salvar a infância abandonada e preservar ou regenerar a adolescência, que é delinquente por culpa da sociedade, para transformar essas vítimas do vício e do crime em elementos úteis à sociedade, em cidadãos prestantes, capazes de servi-la com o seu trabalho e de defendê-la com a sua vida.

O projeto que o senador redigiu em 1917 também acabou sendo arquivado. Em 1906, como deputado federal, Alcindo Guanabara já havia apresentado uma proposta semelhante, que tampouco avançou. Outra tentativa de criação do Código de Menores foi feita em 1912, pelo deputado João Chaves (PA).

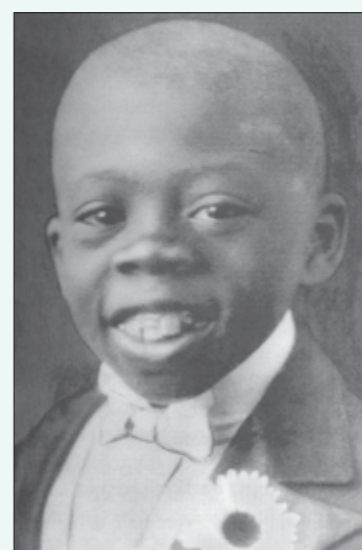
Desde o discurso de Lopes Trovão, passaram-se mais de 30 anos até que o Código de Menores fosse aprovado. Foram vários os motivos da demora. Um deles, segundo estudiosos do tema, foi a 1ª Guerra Mundial (1914–1918),

Código de Menores foi usado para proibir Grande Otelo de atuar no teatro

Em 1927, o ator Grande Otelo ganhou as páginas policiais da imprensa carioca. Ele era um prodígio de 11 anos que brilhava no elenco da Companhia Negra de Revistas, que percorria o Brasil apresentando peças teatrais.

Na época, seu nome artístico era Pequeno Otelo. *O Globo* informou que ele “é tenor, é preto, muito preto, da cor do smoking que vestia, é prodigioso quando recita e canta, como é engraçadíssimo quando palestra”. *O Jornal do Brasil* resumiu o espetáculo: “O clou [clímax] foi a apresentação do Pequeno Otelo, um crioulinho vivo e inteligente, que canta e declama com expressão e desenvoltura”. *O Jornal* descreveu o Pequeno Otelo como “um pretinho interessantíssimo que pisa o palco como um artista já feito”.

Tamanho sucesso chamou a atenção do juiz de menores do Distrito Federal, Mello Mattos. O tribunal havia sido criado em 1924, o primeiro do tipo na América Latina. Mello Mattos, implacável na proteção dos pequenos, encontrou problemas



Acima, o Pequeno Otelo. Ao lado, o juiz Mello Mattos retratado como bebê

sérios na Companhia Negra de Revistas.

O Código de Menores de 1927 — que teve Mello Mattos como artífice — previa que os menores de 18 anos não poderiam atuar nos palcos como atores nem como figurantes. Além disso, segundo *O Jornal do Brasil*, o Pequeno Otelo “vinha trabalhando excessivamente em proveito de pessoas pouco escrupulosas, que exploravam



o valor do pequeno artista”.

A carreira do Pequeno Otelo foi suspensa. Após o incidente no Rio, os pais adotivos do menino decidiram retirá-lo do grupo e levá-lo de volta para São Paulo. Ele voltaria aos pal-

cos só na década seguinte, já como Grande Otelo. Semanas depois desse episódio, o juiz Mello Mattos mandou fechar o Teatro João Caetano, hoje a casa de espetáculos mais antiga do Rio, por causa de uma matinê que ele considerou imprópria para as crianças. Na sentença, escreveu que o espetáculo tinha “danças lascivas, vestuários indecentes, trocadilhos maliciosos e outros inconvenientes”.

Além disso, “a distribuição gratuita de frascinhos de cheiros e bombons aos assistentes de menor idade não transforma o espetáculo em matinê infantil, e nada mais é do que um reclame em favor das fábricas

Trechos do Código de Menores de 1927

Art. 32. Perde o pátrio poder o pai ou a mãe:

- III, que castigar imoderadamente o filho;
- IV, que o deixar em completo abandono;

Art. 61. Se menores de idade inferior a 18 anos forem achados vadiando ou mendigando, serão apreendidos e apresentados à autoridade judicial, a qual poderá:

- I. se a vadiagem ou mendicância não for habitual:
 - a) repreendê-los e entregá-los às pessoas que os tinham sob sua guarda, intimando estas a velar melhor por eles;
 - b) confiá-los até a idade de 18 anos a uma pessoa idônea ou uma instituição de caridade ou de ensino pública ou privada.

II. se a vadiagem ou mendicância for habitual, interná-los até a maioridade em escola de preservação.

Art. 68. O menor de 14 anos indigitado [indiciado] autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção não será submetido a processo penal de espécie alguma.

Art. 69. O menor indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção que contar mais de 14

anos e menos de 18 será submetido a processo especial.

§ 2º Se o menor não for abandonado nem pervertido, a autoridade o recolherá a uma escola de reforma pelo prazo de 1 a 5 anos.

§ 3º Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessário à sua educação, que poderá ser de 3 anos, no mínimo, e de 7 anos, no máximo.

Art. 101. É proibido em todo o território da República o trabalho dos menores de 12 anos.

Art. 104. São proibidos aos menores de 18 anos os trabalhos perigosos à saúde, à vida, à moralidade, excessivamente fatigantes ou que excedam suas forças.

Art. 112. Nenhum varão menor de 14 anos ou mulher solteira menor de 18 anos poderá exercer ocupação alguma que se desempenhe nas ruas, praças ou lugares públicos.

Art. 128. A entrada das salas de espetáculos cinematográficos é interdita aos menores de 14 anos que não se apresentarem acompanhados de seus pais ou tutores ou qualquer outro responsável.

soa, o advogado e ex-deputado José Cândido Mello Mattos foi encarregado de reformular o projeto do senador Alcindo Guanabara e passou conduzir o movimento. Por influência dele, o Congresso aprovou uma série de leis relativas à infância que abririam caminho para a criação do Código de Menores. Na época, a lei ficou conhecida como Código Mello Mattos.

Dia da Criança

A data da assinatura do Código de Menores, em 12 de outubro de 1927, havia sido escolhida pelo presidente Washington Luiz a dedo, para coincidir com os festejos do Dia da Criança, criado por decreto pouco antes por seu antecessor, Artur Bernardes.

A nova lei, em resumo, deter-

minava ao governo, à sociedade e à família que cuidassem bem dos menores de 18 anos.

Um dos artigos proibiu a chamada roda dos expostos, a medieval roleta embutida na parede externa de instituições de caridade que permitiam à mulher abandonar anonimamente o filho recém-nascido. Com o código, a mãe teria que primeiro providenciar a certidão de nascimento do bebê para depois poder entregá-lo aos funcionários do orfanato, onde se lavaria um registro, que poderia ser secreto se fosse esse o desejo da mulher.

O trabalho infantil era fartamente explorado. Ainda que pouco produtiva, era uma mão de obra abundante e barata. A partir de 1927, as crianças

de até 11 anos não puderam mais trabalhar. A atividade dos adolescentes entre 12 e 17 anos ficou autorizada, porém com uma série de restrições. Eles, por exemplo, não poderiam trabalhar durante a noite nem ser admitidos em locais perigosos, como minas e pedreiras.

De acordo com a historiadora Maria Luíza Marcilio, autora do livro *História Social da Criança Abandonada* (Editora Hucitec), o Código de Menores foi revolucionário por pela primeira vez obrigar o Estado a cuidar dos abandonados e reabilitar os delinquentes. Ela, porém, faz uma ressalva:

— Como sempre acontece no Brasil, há uma distância muito grande entre a lei e a prática. O Código de Menores trouxe avan-

ços, mas não conseguiu garantir que as crianças sob a tutela do Estado fossem efetivamente tratadas com dignidade, protegidas, recuperadas.

O sucessor da lei de 1927 foi o Código de Menores de 1979, criado pela ditadura militar. Depois, em 1990, veio o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os dois primeiros códigos, grosso modo, dirigiam-se apenas aos marginais. O ECA, por sua vez, vale para todas as crianças e adolescentes, independentemente da classe social. Antes, o foco das leis estava nas punições. Agora, nos direitos. Nos velhos códigos, o infrator capturado era punido automaticamente. Hoje, ele tem direito a ampla defesa e, para isso, conta com o trabalho dos defensores públicos.

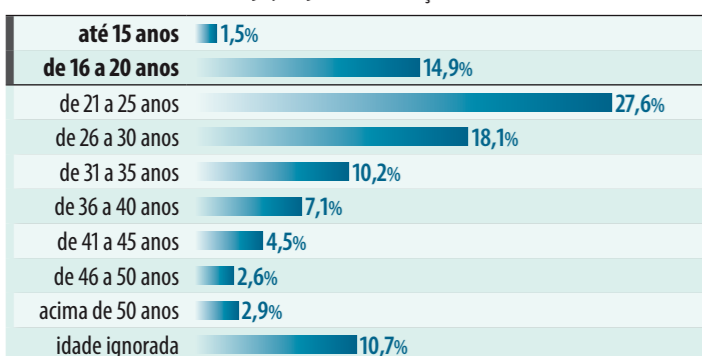
O termo “menor”, que se popularizou na época do código de 1927, agora é abominado pelo meio jurídico. O ECA, em seus mais de 250 artigos, não o utiliza nenhuma vez. No lugar de “menor”, adota a expressão “criança ou adolescente”. Explica o historiador Vinicius Bandeira, autor de um estudo sobre a construção do primeiro código:

— “Menor” é um termo pejorativo, estigmatizante, que indica anormalidade e marginalidade. “Criança ou adolescente” é condizente com os novos tempos. Remete à ideia de um cidadão que está em desenvolvimento e merece cuidados especiais.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/codigomenores>

Os pequenos na prisão

As estatísticas da Polícia do Distrito Federal mostram que uma parcela considerável dos 16 mil delinquentes jogados nas cadeias do Rio entre 1907 e 1912 eram crianças e adolescentes



Fonte: Arquivo do Senado, anais de 1917

Problema do Brasil não é a violência praticada pelos adolescentes, mas contra eles, defendeu delegado em audiência. Pesquisador apontou “seletividade” racista nas mortes

País deve debater crime contra jovens, diz policial

A REDUÇÃO DA maioria penal é uma inversão da pauta que realmente deveria ser debatida. É preciso olhar para a violência contra os jovens — praticada, muitas vezes, pela polícia de forma “legal”. Essa é a opinião do delegado Orlando Zaccone D’Elia Filho, do Rio de Janeiro, que participou ontem de audiência pública na CPI do Assassinato de Jovens.

— A CPI está resgatando um olhar para aquilo que é o mais importante a ser visto quando o assunto é violência e juventude. O grande problema no Brasil não é a violência praticada pelo adolescente, mas contra ele — alertou.

O delegado, que estuda a violência cometida “em nome



Ao lado de Lima Junior e Lidice, D’Elia criticou a prática do auto de resistência

da lei”, citou como exemplo os autos de resistência, forma jurídica usada para justificar a morte de cidadãos por policiais. Para ele, esses “assassinatos legitimados pela lei” fazem com que as pesquisas não espelhem a violência letal contra os jovens, objeto de estudo da CPI. A maior parte dos autos

de resistência, segundo D’Elia, é arquivada sem investigação pelo Ministério Público.

Outro tema lembrado pelo delegado é a guerra às drogas, que seria responsável por grande parte das mortes. Para ele, essa guerra produz “sujeitos matáveis”, pois o fato de alguém ter antecedente criminal ou

ser considerado traficante acabaria justificando as mortes cometidas pelos agentes da lei.

Para a presidente da comissão, Lídice da Mata (PSB-BA), os governos aderem à tese de que o tráfico é o principal responsável pela violência devido à impotência no combate a ela.

— Fica mais fácil assumir a tese de que o tráfico é o grande responsável pela violência porque aí se justifica rapidamente também a violência do Estado.

O relator da CPI, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que bilhões são gastos nessa guerra. Morrem pessoas inocentes e policiais e também pequenos varejistas de drogas, que são logo substituídos:

— Estamos enxugando gelo.

O racismo foi outro ponto citado pelos participantes. O pesquisador do Ipea Antonio Teixeira Lima Junior apontou o que chamou de “seletividade sistêmica” nas taxas de vitimização. Dados do *Mapa da Violência 2014* mostram que, entre 2002 e 2012, houve queda de 24,8% da taxa de homicídios contra brancos e aumento de 38,7% na taxa de homicídios contra negros.

— Como a taxa de homicídios não oscilou muito no período, significa dizer que se intensificou o caráter seletivo da taxa de vitimização no Brasil, em que a questão racial tem destaque. Traduzindo em números, nesse período morreram 72% mais negros que brancos — disse.

Japão poderá investir em logística no Brasil, relata Wellington

O SENADOR WELLINGTON Fagundes (PR-MT) informou na sexta-feira que o Japão está interessado, a exemplo da China, em investir no sistema de logística de transporte de grãos do Brasil e estuda também a possibilidade de importar carne bovina brasileira.

A intenção foi anunciada em reuniões, em Tóquio, da missão brasileira formada para

tratar do comércio agropecuário e de parcerias entre o Brasil e o país asiático. Wellington representa o Senado na comitiva que visita o Japão e a Rússia, liderada pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

A comitiva se reuniu inicialmente com o presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão e ministro das Finanças, Taro Aso, e com o ministro

da Agricultura, Yoshimasa Hayashi. O senador também acompanhou Kátia Abreu no encontro com o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe.

— O Brasil tem amplas condições de dar as respostas que os japoneses desejam, tanto na produção de grãos como no comércio de carne. Acredito que sairemos com ótimos resultados dessa missão — disse

o senador, que preside a Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem.

A reunião com o ministro da Agricultura tratou da abertura do mercado japonês para a carne in natura brasileira e a retomada da exportação de carne termoprocessada, embargada pelo Japão desde 2012.

— Não temos nenhuma dificuldade em adaptar nossas

regras sanitárias ao Japão. Estamos prontos para cumprir e temos todas as condições para exportar — disse Kátia Abreu.

A ministra antecipou detalhes de encontro internacional de ministros da Agricultura, onde um dos objetivos será pôr em plataforma única o programa de controle da febre aftosa.

(Da assessoria de imprensa de Wellington Fagundes)

Comissão discute universalização da banda larga

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debaterá hoje a política de universalização da banda larga no Brasil, por requerimento de Walter Pinheiro (PT-BA). Serão ouvidos na audiência Maximiliano Martinhão, secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Jorge Bittar, presidente da Telebras; e Carlos José de Almeida, prefeito de São José dos Campos (SP).

Pinheiro quer aprofundar a discussão sobre a disseminação do acesso à rede diante do “momento de baixo crescimento na economia nacional e da necessidade de implantar a pátria educadora”.

A Lei Geral de Telecomu-

nicacões e o Marco Civil da Internet obrigam o Estado à universalização do acesso à banda larga. No discurso de posse, Dilma Rousseff incluiu o acesso barato, rápido e seguro à internet como compromisso de governo. Avaliação da CCT em 2014 concluiu que os principais obstáculos à universalização são as dificuldades orçamentárias da Telebras, a falta de satélite que leve o sinal de internet a regiões isoladas e a carga de tributos e burocracia sobre as operadoras de telefonia.

Na mesma reunião, a CCT vai apresentar o plano de trabalho, de Omar Aziz (PSD-AM), para avaliação das políticas públicas de formação

de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com ênfase no Programa Ciência sem Fronteiras.

O senador sugeriu três audiências públicas com representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de universidades federais e dos Ministérios do Desenvolvimento, da Defesa e da Saúde. Também propôs questionamento ao TCU sobre monitoramento e avaliação do programa e pesquisa com beneficiários.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

CPI das Próteses ouve entidades médicas em audiência hoje

A comissão parlamentar de inquérito que investiga a máfia das próteses promove audiência pública hoje com profissionais de saúde para debater irregularidades e crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no país.

Foram convidados Angelo Amato de Paola, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia; Marco Antonio Percope, presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia; e Marcelo Paiva Paes, médico vítima do esquema criminoso.

Em 21 de maio, a CPI aprovou a quebra dos sigilos

bancário, fiscal e telefônico de empresas, advogados, médicos e investigados por condutas delituosas para a realização de cirurgias.

Também em maio a CPI fez audiências em Porto Alegre, presididas por Magno Malta (PR-ES), para colher depoimentos. As primeiras denúncias sobre procedimentos com preços superfaturados e que colocaram em risco a vida de pacientes em cirurgias desnecessárias ou com produtos vencidos surgiram no Rio Grande do Sul.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proposta de reforma política recebe críticas

Para pequenos partidos e OAB, proposta em análise na Câmara quer restringir a atuação de legendas de esquerda e não enfrenta problemas graves ligados ao financiamento das campanhas por empresas

A PROPOSTA DE reforma política em análise na Câmara dos Deputados foi fortemente criticada por representantes de pequenos partidos de esquerda e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O tema foi discutido em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A Câmara já aprovou, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição que promove a reforma política (PEC 182/2007). O texto poderá ser votado em segundo turno nesta semana.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), também criticou a proposta e anunciou que a comissão vai aderir à campanha Por uma Reforma Política sem Exclusão. O movimento é contrário a pontos que estão sendo aprovados no texto em análise na Câmara. Entre eles, o que exclui os partidos sem representação no Congresso da propaganda em TV e rádio e proíbe o acesso dessas legendas ao Fundo Partidário.

— Por que só os grandes partidos devem ter acesso ao fundo? Esse e outros pontos me preocupam muito e podem

até ser classificados como anti-democráticos — afirmou Paim.

O senador informou que vai pedir ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a discussão da reforma em Plenário, com a participação de partidos como PSTU, PCO e PCB, entre outros.

Para Cezar Britto, da comissão da OAB que analisa a proposição, a consequência prática da proposta por enquanto será “extinguir a possibilidade de crescimento de uma nova esquerda no país”. Ele citou como pontos mais preocupantes a proibição de acesso ao horário eleitoral e à propaganda em TV e rádio e a exclusão do Fundo Partidário:

— A atual legislação já é restritiva nesses aspectos para pequenos partidos ideológicos. Agora querem transformar o restritivo em “extinguivo”.

Para Britto, a proposta integra “ofensiva da direita” representada também por propostas como a ampliação da terceirização e o combate a direitos como os dos homossexuais. Ele ainda criticou a constitucionalização do financiamento privado das campanhas.

— Empresa não é povo, ela

não vota, não financia candidatos por preferência. Ela faz um investimento que custa muito caro à sociedade depois — alertou, considerando “ironia” o fato de sindicatos e associações sem fins lucrativos serem proibidos de financiar candidatos, enquanto isso continuaria permitido às empresas.

Britto defendeu a análise pelo Congresso da proposta apresentada pela entidade, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por outras associações que estabelece cotas para a representação feminina no Legislativo (de 50%), aumenta o Fundo Partidário para partidos que tenham mais negros e trabalhadores eleitos e prevê mais plebiscitos e referendos nas definições sobre políticas públicas, entre outros pontos.

Financiamento

Os representantes dos partidos questionaram principalmente a constitucionalização do financiamento privado das campanhas, quando já se manifesta no Supremo Tribunal Federal (STF) uma maioria contrária à prática.



Paim (3º à esq.) coordena audiência com Iasi, Zé Maria, Silva, Britto e Araújo

Para Zé Maria, que foi candidato à Presidência pelo PSTU, a reforma é uma resposta das “forças conservadoras”. Ele também criticou a Câmara pela aprovação do projeto que amplia a terceirização, agora em análise no Senado.

— Em momento de desemprego, vem a Câmara com uma reforma que restringe quem resiste ao conservadorismo e que libera o financiamento para quem financia a corrupção — disse, referindo-se às investigações na Petrobras.

Antonio Carlos Silva, do PCO, também lamentou o conteúdo da reforma, que considera “articulação da direita golpista e reacionária”. Ele conclamou os pequenos partidos a se unirem e chamou para a mobilização os representantes do PT e do

PSOL contrários à proposta.

O presidente do PCB, Mauro Iasi, disse que a reforma aprofunda um modelo político “fracassado”, cujo retrato teria ficado claro durante as manifestações de junho de 2013:

— É uma reforma cosmética que não enfrenta os problemas graves da política, ligados ao financiamento das campanhas.

Luiz Araújo, do PSOL, citou o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), para quem a reforma “altera alguns pontos para na verdade não mudar nada”.

— A reforma está legalizando o que o STF estava próximo de proibir — disse Araújo.

Para Cyro Garcia, do PSTU, a proposta é “um escárnio”.

— As legendas de aluguel vão continuar. Só os partidos ideológicos vão ser calados.

Para Glesi, não se pode questionar legitimidade do governo federal

Gleisi Hoffmann (PT-PR) reconheceu que o país atravessa um momento de dificuldade, mas nada comparável à situação de outros países, como a Grécia.

A senadora acredita que o país tem capacidade de reverter essa situação por causa de suas condições macroeconômicas, como as reservas internacionais, as instituições sólidas e



os investimentos estrangeiros.

Para ela, não merecem prosperar quaisquer tentativas de afastamento da presidente Dilma Rousseff ou de questionamento da legitimidade de seu governo

— Nós estamos num país democrático. Disputa-se a eleição, ganha-se na eleição. Mas não o golpe; o golpe não podemos aceitar — afirmou.

PSDB fará oposição ao Planalto por um Brasil melhor, afirma Bauer

O PSDB, reunido em convenção no domingo, reconduziu Aécio Neves (MG) à presidência do partido e escolheu Paulo Bauer (SC) como um dos integrantes da Executiva Nacional. Bauer destacou em Plenário que uma das bandeiras do PSDB é fazer oposição para construir um Brasil maior.

O senador afirmou que o governo não combateu



a corrupção, não soube conduzir a economia e não adotou as medidas para melhorar a infraestrutura do país

e, conseqüentemente, promover o crescimento.

— O Brasil parou de crescer, não avança mais e já faz tempo. Não avança porque a carga tributária está aumentando, porque a inflação voltou e voltou de forma expressiva e consistente.

Para Telmário, texto sobre Petrobras no pré-sal vai prejudicar a empresa

Telmário Mota (PDT-RR) disse que o Senado não pode votar o projeto de José Serra (PSDB-SP) que acaba com

a obrigatoriedade de a Petrobras participar com o mínimo de 30% dos investimentos na exploração do petróleo do pré-sal sem fazer antes uma grande discussão.

Telmário afirmou que a Petrobras está tentando superar as dificulda-



des criadas pela corrupção e, por isso, o momento é de ajudá-la a se reerguer em vez de aprovar um projeto que,

a seu ver, além de prejudicar a empresa, seria um crime de lesa-pátria:

— Sou extremamente contrário ao projeto do senador José Serra, que entrega o nosso maior patrimônio. Esse projeto não pode passar nessa Casa de afogadilho.

Capiberibe sugere comissão para avaliar transparência pública

João Capiberibe (PSB-AP) pediu apoio para a criação de uma comissão permanente de transparência e governança pública, de modo que o Senado possa contribuir para a abertura das informações governamentais para o cidadão.

O senador lembrou que, ao assumir o governo do Amapá em 1995, implantou um modelo pioneiro de transparên-



cia de contas públicas associada a uma política econômica de desenvolvimento sustentável.

— Tenho convicção de que esta Casa vai colocar o componente da conservação do meio ambiente como fundamental para que as gerações futuras possam ter o direito, que nós estamos tendo hoje, de usufruirmos daquilo que a natureza nos oferece.

Aloysio defende oposição e pede que Dilma “reconheça os erros”

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) contestou ontem a acusação feita à oposição de tentativa de golpe contra Dilma Rousseff. Na avaliação dele, a crise é resultado da irresponsabilidade dos governos do PT e a campanha de Dilma em 2014 foi questionada na Justiça Eleitoral por “indícios muito fortes” de abuso de poder econômico e político.



Ele sugeriu que Dilma reconheça os erros e chame todos os partidos para buscar soluções para a crise do país.

— Saberemos enfrentar as eleições com as nossas propostas e com a confiança de que é preciso haver uma mudança no grupo dirigente deste país. O PT e seus aliados são bananeira que já deu cacho, não tem mais o que sair de bom.

Fernando Collor volta a repudiar acusações da revista Veja

Fernando Collor (PTB-AL) criticou mais uma vez a revista *Veja*, alegando que, na última edição, repete mentiras ao citar que estaria envolvido em fraude de licitação e que a empreiteira beneficiada teria repassado a “seu grupo” R\$ 20 milhões.

Após comentar que as acusações se baseiam em planilhas de delator da Operação Lava-Jato em que seu nome



não apareceria, Collor indagou por que a empreiteira precisaria de ajuda política para fraudar licitação e ainda pagaria por isso.

Para o senador, a perseguição de *Veja* começou quando, ao assumir a Presidência da República, ele fez cortes que atingiram verbas do MEC para o Grupo Abril editar fascículos destinados às escolas públicas.

Com integração, Ouvidoria melhora resposta ao público

Órgão, que completa 4 anos, bate recorde de atendimentos, com mais de 2 mil solicitações por mês. Parcerias melhoraram a eficiência do serviço, hoje principal meio de participação do cidadão no Senado

A OUVIDORIA DO Senado comemora neste mês quatro anos de existência, com número cada vez maior de atendimentos. Hoje são 2,2 mil solicitações mensais, em média, de informações sobre leis, projetos e outros serviços. Há dois anos no cargo, a ouvidora-geral, senadora Lúcia Vânia (sem partido-GO), atribui o sucesso à integração entre áreas e à motivação dos servidores que atendem o público.

Em 2013, quando assumiu a Ouvidoria, ela percebeu que uma mudança no gerenciamento dos canais poderia reduzir o tempo de resposta. O órgão fez audiências e seminários e ouviu representantes de ouvidorias dos estados.

O resultado foi a transformação da Ouvidoria na principal porta para a participação da sociedade no Senado. Todas as manifestações que chegam via internet, formulários, Alô Senado, carta e pessoalmente são encaminhadas à mesma equipe. Hoje, cerca de 60 pessoas recebem as demandas, filtram e as encaminham. O prazo de resposta é de no máximo 30 dias. Com isso, o número de manifestações corretamente encaminhadas e respondidas passou dos iniciais 100 para mais de 2 mil por mês.

A Ouvidoria foi criada em junho de 2011 para receber as manifestações sobre o Senado. O objetivo, desde então, é aumentar a transparência e incentivar a participação da sociedade. Previsto no Ato 5/2005, o órgão foi instalado por decisão do presidente do



Pedro França/Agência Senado

Para a ouvidora, Lúcia Vânia, sucesso vem das parcerias e da motivação da equipe

Senado à época, José Sarney. Na inauguração, o primeiro ouvidor-geral, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou como desafio despertar um “sentimento de confiança” nos cidadãos.

— Nós vamos ter a missão de desenvolver no cidadão esse sentimento de que suas manifestações serão aqui acolhidas e terão credibilidade, transparência e celeridade nas respostas — afirmou.

Parcerias

Inicialmente, a Ouvidoria contava com 3 funcionários e recebia cerca de 140 manifestações por mês. Outros canais, como o Alô Senado e o Portal do Senado, funcionavam de maneira independente. A falta de integração reduzia a eficiência no atendimento. Ainda assim, a Ouvidoria avançou, com abertura de novos canais de comunicação e assinatura de acordos de cooperação com instituições como a Câmara e o Tribunal de Contas da União.

A Ouvidoria também recebe os formulários com pedidos de

informação amparados pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que são enviados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). A classificação da Ouvidoria aumenta a eficiência no encaminhamento das demandas. Com isso, o pedido pode ser atendido dentro do prazo, 20 dias, prorrogáveis por mais 10. O Senado atende quase 100% das solicitações no prazo.

— As ouvidorias exercem papel fundamental na efetivação da Lei de Acesso à Informação, pois são o canal privilegiado para que o direito seja realmente garantido à sociedade — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Outra parceria é com o Portal e-Cidadania, que permite ao cidadão sugerir projetos e acompanhar o uso dos recursos públicos. Nas audiências interativas, eles podem se manifestar pelo site e pelo telefone do Alô Senado (0800 612211) e o material é repassado às comissões. Desde janeiro, o serviço Alô Senado passou a fazer parte da Ouvidoria.

Senadores elogiam papel de interação e transparência

Desde 2011, a Ouvidoria tem se consolidado como instrumento de participação popular, de exercício da cidadania e controle social.

Titular do cargo, Lúcia Vânia comemora os quatro anos de funcionamento do órgão:

— Estou convicta de que temos que continuar desenvolvendo um trabalho sério, para que o cidadão não tenha dúvidas sobre nossa eficiência e credibilidade. Uma pessoa que recorre a uma ouvidoria não pode ficar com a sensação de que foi ouvida, mas não foi atendida.

Para Renan, quando funciona efetivamente, a Ouvidoria permite o exercício pleno da cidadania e auxilia na consolidação da democracia. Ele ressaltou que Lúcia Vânia é credenciada por sua caminhada política a comandar um órgão fundamental para o diálogo com a sociedade.

— A despeito de todas as mudanças em relação ao papel do ouvidor ao longo da história, as funções por ele exercidas continuam sendo de extrema importância para o funcionamento democrático de qualquer instituição. Uma ouvidoria não pode ser um mero diferencial estratégico das instituições. Deve funcionar como parte essencial de sua estrutura, pois é, por excelência, o instrumento da transparência.

Segundo Blairo Maggi (PR-MT), o Senado se modernizou com a criação do serviço:

— A Ouvidoria é o espaço onde o cidadão pode apresentar as reclamações e reivindicações. Mas esse órgão não coloca as manifestações na gaveta ou no lixo. Ele dá resposta às demandas.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) elogiou a gestão de Lúcia Vânia:

— Quero parabenizar a Ouvidoria, que vem procurando identificar as áreas que podem ser aprimoradas para que o resultado dos esforços dos parlamentares esteja em sintonia com as aspirações do povo.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) destaca o papel da Ouvidoria para garantir a transparência:

— Ela tem papel fundamental para que esta Casa funcio-

ne, de fato, como uma caixa de ressonância da sociedade.

Abriu os “ouvidos” e as “portas do Senado” para a população são os grandes méritos do órgão na opinião de Walter Pinheiro (PT-BA).

— A partir das críticas e sugestões de um olhar criterioso da sociedade civil, o Senado buscou se corrigir — disse Pinheiro, ressaltando que a Casa tem que buscar sempre ampliar os canais de interação com a sociedade.

José Medeiros (PPS-MT) também enfatizou os esforços do Senado para se tornar cada vez mais próximo do cidadão:

— Cada vez mais, o cidadão deseja apoiar-se em instrumentos de democracia como este para aproximar-se do Parlamento. A Ouvidoria é esse elo que une o cidadão e o Parlamento. Portanto, vida longa à Ouvidoria.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), é cada vez mais essencial ampliar os canais de comunicação e interatividade com a população:

— No Senado, a Ouvidoria tem o importante papel não só de ampliar esse espaço, mas, principalmente, ajudar na comunicação direta entre a sociedade e o Legislativo, contribuindo para fortalecer a democracia.

Contato

Além do Alô Senado, a Ouvidoria oferece outros meios de contato: site, gravação telefônica, carta e urnas no Senado (veja no Saiba mais).

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, participou do processo de integração do Alô Senado à Ouvidoria, parte de um esforço de modernização da gestão da Casa. Segundo ela, a integração era necessária para facilitar o reconhecimento, por parte do cidadão, dos canais de interação com o Senado.

— O Alô Senado e a Ouvidoria são canais complementares que têm a sua efetividade de atuação bastante melhorada quando atuam em conjunto. É excelente porque mostra que o cidadão está disposto a conversar com o Senado, manter um canal ativo. Funciona como um garantidor da democracia.

Números da Ouvidoria

No mês de maio, a Ouvidoria registrou 2.625 demandas.

Veja como elas se distribuíram:

TIPO DE ABORDAGEM



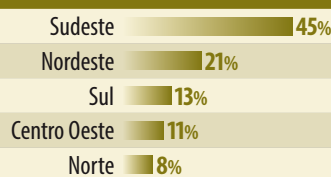
TEMA



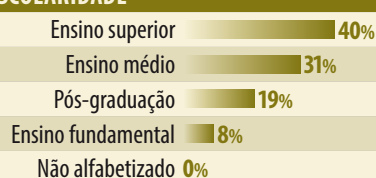
GÊNERO DO DEMANDANTE



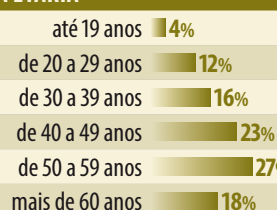
REGIÃO



ESCOLARIDADE



FAIXA ETÁRIA



Saiba mais

Como entrar em contato com a Ouvidoria

• Alô Senado: 0800 612211 • Manifestação gravada: (61) 3303-1791

• Formulário no site: senado.leg.br/ouvidoria

• Carta: Senado Federal, Anexo 2, térreo, Ouvidoria. CEP 70165-900, Brasília, DF

• Urnas: Formulários disponíveis nas urnas da Ouvidoria localizadas no Senado

Vídeo com entrevista da ouvidora do Senado

<http://bit.ly/videoOuvidoria>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania